

Paladino Participações S.A.

CNPJ nº 63.807.040/0001-60

Relatório da Administração

A Administração da SLC Jaborandi S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao período compreendido desde sua constituição, em 25 de novembro de 2025, até a data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa de bens imóveis rurais de sua propriedade, inclusive por meio de arrendamento ou parceria rural, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A estrutura societária da Companhia é composta pela participação de 50% da SLC Agrícola S.A. e 50% do Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Ltda., refletindo um modelo de investimento voltado à exploração eficiente de ativos agrícolas. O modelo de negócios da Companhia está baseado na exploração econômica de imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Nesse contexto, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com sua controladora, SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia tem direito a uma participação na produção agrícola por ano-safra, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando o estágio inicial das operações e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra em andamento. Dessa forma, a Companhia ainda não reconhece receitas no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados. A Companhia encontra-se em fase inicial de operação, com estrutura estabelecida e preparada para o início de suas atividades operacionais.

Balancos patrimoniais - Em 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Passivo	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025			31/12/2025	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	886	3.398	Empréstimos e Financiamentos	7	61.071	61.071
Outros créditos		1	2	Títulos a pagar	8	-	38.242
Despesa antecipada		382	382	Total do passivo circulante		61.071	99.313
Total do ativo circulante		1.269	3.782	Patrimônio líquido			
Não circulante				Capital social	10	11	11
Investimentos	5	359.316	-	Reservas de capital	10	300.109	300.109
Imobilizado	6	-	395.045	Prejuízos acumulados	10	(606)	(606)
Total do ativo não circulante		359.316	395.045	Total do patrimônio líquido		299.514	299.514
Total do ativo		360.585	398.827	Total do passivo e do patrimônio líquido		360.585	398.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 02 de dezembro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a Paladino Participações S.A., a seguir denominada como "Paladino Participações" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de compra e venda de imóveis; arrendamento de imóveis; aluguel de imóveis próprios e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída com o propósito de atuar como holding, tendo por objeto social a participação no capital de outras, bem como a administração de bens e participações societárias. A Companhia é constituída com a participação da SLC Agrícola S.A. de 50% e de 50% da Fundo de Investimento em Participações Agro III - Multiestratégia Responsabilidade Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBCFG"). Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam o período desde a data de sua constituição, em 02 de dezembro de 2025, até 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2026. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. c) **Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. d) **Base de consolidação e transações eliminadas na consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresa Controlada	direta %	Localização
Exploração de imóveis rurais	São Desidério S.A.	100,00	Porto Alegre - RS

O exercício das demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação é coincidente com a Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. e) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas Natureza

- 5 Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
- 10 Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todo o período apresentado nessa demonstração financeira individual e consolidada e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo: a) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia elaborou demonstrações dos fluxos de caixa nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. b) **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O CPC 48, exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. c) **Receita operacional líquida:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos

na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A controlada São Desidério S.A., na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. d) **Normas novas ou revisadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 revogou o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio; • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1); • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Controladora do grupo encontra-se conduzindo o processo de avaliação e implementação dessa norma, incluindo a análise dos impactos esperados nas demonstrações financeiras consolidadas. Até a presente data, não é possível mensurar com precisão os efeitos potenciais da adoção, mas a administração entende que haverá necessidade de ajustes nos processos internos de coleta de informações e na forma de divulgação. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 48 e CPC 40).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
Composição

	Rendimentos	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades em R\$			2
CDB-DI	100,25% do CDI ⁽¹⁾	885	3.398
Caixa e equivalentes de caixa		885	3.398

⁽¹⁾ Rendimento médio em 31 de dezembro de 2025.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2025, não excedendo o valor de negociação.

5. INVESTIMENTOS

Política Contábil: Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Composição: O total de investimentos em 31 de dezembro de 2025 é composto pelo seguinte:

Investimento	Capital social	Patri- mônio do exer- cício	Prejuízo líquido	Ordinárias/ quotas possuídas	Percen- tual de participação	Resultado líquido	Partici- páção no Patrimônio líquido
São Desidério S.A.	360.422	359.316	(535)	360.422	100%	(535)	359.316
Total	360.422	359.316	(535)	360.422	100%	(535)	359.316

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

Investimento	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Ganhos e perdas na participação societária	Saldos em 31/01/2025
São Desidério S.A.	361.500	(535)	(1.649)	359.316
Total	361.500	(535)	(1.649)	359.316

Em 29 de dezembro a Companhia comprou, da SLC Agrícola S.A., 100% da participação societária da São Desidério S.A., a preço de custo, pelo valor de R\$ 361.500. A perda na participação societária ocorreu pois o acervo líquido da São Desidério era inferior ao valor de compra. A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Ativo		Passivo		Receitas	Despesas
	circulante	não circulante	circulante	não circulante		
São Desidério S.A.	2.512	395.045	38.241	-	-	(535)
Total	2.512	395.045	38.241	-	-	(535)

6. PARTES RELACIONADAS

A partir da safra 2025/26, a Companhia passou a manter relação contratual com sua parte relacionada, SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., por meio de contratos de parceria rural. Nos termos desses contratos, a SLC MIT é responsável pela execução das atividades operacionais de plantio, cultivo e colheita nas áreas objeto da parceria, cabendo à Companhia, como contraprestação pelo uso dessas áreas, o direito a uma parcela da produção agrícola obtida. Além disso, possui contrato de arrendamento de prédios

Receita operacional líquida	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Custo dos produtos vendidos		-	-
Resultado bruto		-	-
Receitas (despesas) operacionais		(535)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	5	(535)	-
		(535)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(535)	-
Receitas financeiras	9	-	3
Despesas financeiras	9	(71)	(608)
Resultado Financeiro		(71)	(605)
Resultado antes dos impostos		(606)	(605)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Corrente		-	-
Diferido		-	(1)
Prejuízo líquido do período		(606)	(606)
Resultado por ação (básico e diluído) em R\$	9	-	(30,2921)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Prejuízo do período	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Resultado abrangente do período:		(606)	(606)
		(606)	(606)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Constituição de capital	10	-	-	10
Aumento de capital	1	301.758	-	301.759
Ágio em transação de capital	-	(1.649)	-	(1.649)
Prejuízo do período	-	-	(606)	(606)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11	300.109	(606)	299.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Prejuízo antes dos impostos		(606)	(606)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros apropriados		71	71
Realização do ajuste a valor presente - títulos a pagar	9	-	537
Equivalência patrimonial	5	535	-
		-	2

Variação nos Ativos e Passivos:
Despesa antecipada (382) (382)
Obrigações fiscais (1) (2)
Outras contas a receber (383) (381)
Fluxo de caixa aplicado às atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:
Compra de participação societária (361.500) (361.500)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimentos
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:
Integralização de capital 301.769 301.779
Reorganização societária - cisão parcial - 2.500
Empréstimos tomados 61.000 61.000
Fluxo de caixa gerados nas atividades de financiamentos
Aumento no caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período - -
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período 886 3.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e benfeitorias. Além disso, possui contrato de arrendamento de prédios e benfeitorias. Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de prestação de serviços administrativos com a SLC Agrícola S.A., pelo qual é devida uma taxa de serviços no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hectare cultivável, com vencimento em 15 de junho de cada ano, reajustada anualmente em 1º de setembro, com base na variação acumulada do IPCA do exercício anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as relações com partes relacionadas decorreram exclusivamente dos contratos de parceria rural e do contrato de prestação de serviços administrativos, não havendo saldos ao final do exercício, além daqueles inerentes à dinâmica operacional e contratual. **Remuneração:** A Companhia não possui política de remuneração para os administradores, não tendo sido reconhecida qualquer despesa a esse título no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

7. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Os ativos utilizados na exploração rural da Companhia estão classificados no ativo imobilizado, em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, por estarem vinculados à sua atividade operacional. A exploração das áreas ocorre por meio de contratos de parceria rural, nos quais a Companhia auferir remuneração mediante participação na produção agrícola. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Prédios e benfeitorias	4%	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obterá com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição: a) **Composição do ativo imobilizado:** Em 31 de dezembro 2025 a composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Continua